



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores representantes do Acionista,

A DME Energética S.A. - DMEE (“Companhia” ou “DMEE”) submete, à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1 Comercialização de Energia

Em 2017, a DMEE forneceu 490.300 MWh, sendo 175.200 MWh negociados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), 262.292 MWh no Ambiente de Contratação Livre (ACL), 52.808 MWh entregues no regime de cotas, disciplinado pela Lei nº 12.783/2013.

A energia neste período de 2017 foi proveniente dos seguintes empreendimentos: 35.469 MWh da PCH Padre Carlos (ACL), 175.200 MWh da UHE Salto Pilão (ACR), 202.171 MWh da UHE Barra Grande (ACL) e 52.808 MWh da UHE Antas I e 24.652 MWh de Terceiros.

Em 2017, foram realizados, com sucesso, pela DMEE três leilões de venda, dois leilões de compra e venda simultânea de energia elétrica e quinze chamadas públicas para compra e venda de energia no curto prazo. A receita proveniente da venda de energia, excluída a liquidação no Mercado de Curto Prazo, foi de R\$ 94,908 mil, com um preço médio de R\$ 193,57/MWh.

No ano de 2016, a DMEE passou a executar serviços de representação de clientes livres perante a CCEE. Este serviço compreende desde o assessoramento no processo de migração do cliente e contratação de energia até a realização das atividades mensais necessárias junto a CCEE. Além da representação, a DMEE também prestou o serviço de intermediação para aquisição de energia por estes clientes, sendo remunerada pela energia negociada. Já em 2017, a DMEE passou a representar mais dois consumidores livres.

A DMEE adota a sistemática de realização de leilões de compra e venda de energia simultâneos para aquisição de energia de terceiros e imediatamente ser feita a sua venda, através do qual são eliminados os riscos de perdas na operação.

2 Empreendimentos

2.1 PCH Padre Carlos

No que se refere à Manutenção da PCH, destacam as seguintes atividades realizadas em 2017:



- Aquisição de regulador de tensão Digureg/Siemens para upgrade de RG3-T4 existente na unidade geradora 2 da PCH Padre Carlos, serviço de instalação do Digureg no painel do Sistema de Excitação RG3-T4 existente e recomissionamento do sistema de excitação;
- Elaboração de especificação técnica para modernização das turbinas com substituição de regulador de velocidade e equipamentos de controle;
- Modernização e reforma do equipamento mecânico para acionamento do portão de entrada;
- Manutenção corretiva nas grades da câmara de carga; e
- Contratação de empresa para execução de manutenções mecânicas;

2.2 UHE Engº Pedro Affonso Junqueira (Antas I)

Em relação à Manutenção da citada UHE, destacam as seguintes atividades realizadas em 2017:

- Modernização da unidade hidráulica de regulação da máquina 7;
- Instalação de proteções de segurança junto as máquinas 1 a 6;
- Elaboração de especificação técnica para modernização do sistema de operação da máquina 7; e
- Contratação de empresa para execução de manutenções mecânicas;

2.3 Centrais Geradores Hidrelétricas no Rio Pardo e Verde

Em 2017, foi realizada a contratação da prestação de serviços para elaboração dos projetos básicos e viabilidade para 3 (três) CGH'S no Rio Pardo e Verde, bem como a contratação da prestação de serviços para realização de levantamento com perfilhamento a laser das áreas das referidas CGH'S.

2.4. PCH Boa Vista

Em 15/03/2017, através do Despacho nº 735, a ANEEL conferiu à DMEE o registro de adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso de potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) para a PCH Boa Vista, situada no rio Pardo, nos municípios de Poços de Caldas e Botelhos, com potência instalada de 16.000 kW.

Ainda em 2017, foi realizada a contratação da prestação de serviços para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), visando a obtenção da licença prévia (LP) junto ao órgão ambiental competente; bem como a contratação da prestação de serviços para realização de levantamento com perfilhamento a laser na área de influência da aludida PCH.

2.5. PCH Marambaia

Em 14/03/2017, através do Despacho nº 718, a ANEEL conferiu à DMEE o registro de adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso de potencial hidráulico do Sumário



Executivo (DRS-PCH) para a PCH Marambaia, situada no rio Pardo, nos Municípios de Poços de Caldas e Bandeira do Sul, com 8.500 kW de potência instalada.

Ainda em 2017, foi realizada a contratação da prestação de serviços para elaboração de Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA), visando a obtenção da licença prévia (LP) junto ao órgão ambiental competente; bem como a contratação da prestação de serviços para realização de levantamento com perfilhamento a laser na área de influência desta PCH.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O faturamento total apresentou um crescimento de 10,18% em relação ao ano de 2016, em decorrência, principalmente, da realização de operações de compra e venda para obtenção de Spread positivo e pelos reajustes nos preços de energia nos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado, assim como pelo recebimento de Receita Anual de Geração – RAG, proveniente da UHE Eng^o Pedro Affonso Junqueira (Antas I), em montante superior em 2,7% em relação ao exercício anterior.

A piora no índice do Fator de Ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (Generation Scaling Factor – GSF), em 2017, promoveu um aumento nos custos para aquisição de energia, fazendo com que os valores dispendidos com compra de energia aumentassem em 274,89%. A oscilação apresentada foi decorrente, principalmente, do aumento no preço de compra de energia proveniente da BAESA – Energética Barra Grande S.A., o qual sofreu um aumento de 383,18%.

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram um aumento de 13,56% decorrente, principalmente: (i) do provisionamento de valor provável a ser desembolsado em processo civil; e (ii) do pagamento, em todo o exercício de 2017, de remuneração para os dois Diretores da Companhia, visto os cargos terem sido ocupados simultaneamente em todo o exercício; fato este que não ocorreu em 2016, tendo em vista o caráter interino do Diretor Comercial Financeiro eleito à época.

A elevação do preço de venda de energia pela BAESA resultou em um aumento na equivalência patrimonial apresentada pelo empreendimento, o que contribui maciçamente para o atingimento de ganho de equivalência patrimonial em R\$ 4.764 mil, ante (R\$ 611) mil, no exercício anterior.

As receitas financeiras apresentaram um decréscimo de 21,63%, oriundo, principalmente, da redução da taxa básica de juros (SELIC), a qual apresentou uma redução de 28,80%, proporcionando uma taxa média no exercício de 2017 de 10,13% a.a. A oscilação de 80,32% na despesa financeira, por sua vez, foi ocasionada pela atualização do passivo referente à Utilização do Bem Público (UBP) da UHE Salto Pilão, o qual conforme contrato de concessão deve ser atualizado pela composição do IGP-M e IPCA, sendo que para os exercícios de 2016 e 2017, estes índices apresentaram, respectivamente, os seguintes percentuais: 7,19%; 6,28%; -0,53% e 2,94%.



Em decorrência dos fatores supra citados, a DMEE atingiu um lucro líquido de R\$ 44.808 mil no exercício de 2017, ante R\$ 37.284 mil do exercício anterior, perfazendo um crescimento de 20,18%.

4. OUTRAS ATIVIDADES

4.1. Elaboração do Plano de Segurança de Barragens (PSB) e Plano de Ação de Emergência (PAE)

Em 2017, foi contratada a prestações de serviços de Diagnóstico e Elaboração do Plano de Segurança de Barragens (PSB) e Plano de Ação de Emergência (PAE) das Barragens pertencentes às empresas DME, de acordo com as diretrizes da Lei nº 12.334 de 20/12/2010, e da Resolução Normativa ANEEL nº 696 de 15/12/2015.

5. AGRADECIMENTOS

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMEE.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos funcionários das empresas DME, DMED e DMEE pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

Poços de Caldas, 13 de março de 2018.

Marcelo Dias Loichate

Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Junqueira Franco

Diretor Comercial Financeiro

Demonstrações Financeiras

DME Energética S.A. - DMEE

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

DME Energética S.A. - DMEE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
DME Energética S.A. - DMEE
Poços de Caldas - Minas Gerais

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da DME Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Energética S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Investimento no Consórcio Empresarial Pai Querê

As demonstrações financeiras da investida Consórcio Empresarial Pai Querê referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foram examinadas por auditores independentes. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do investimento no montante de R\$3.777 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.768 mil em 31 de dezembro de 2016).

Registro do Uso do Bem Público em Coligada

A coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2015. Até aquele exercício, o registro contábil estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. As características do contrato de concessão da coligada requerem o registro da obrigação do UBP em contrapartida do ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Como consequência, o investimento e o resultado de equivalência patrimonial nessa coligada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão superavaliados em R\$26.077 mil e R\$1.378 mil, respectivamente (R\$27.217 mil e R\$1.376 mil, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar tal fato.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas” acima, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo de investimento no Consórcio Empresarial Pai Querê no montante de R\$3.777 mil, e o investimento e o resultado de equivalência patrimonial decorrentes de participação na coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) estão superavaliados em R\$26.077 mil e R\$1.378 mil, respectivamente. Essas ressalvas afetam significativamente a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Concluimos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 5 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

DME Energética S.A. - DMEE

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	4	168.829	147.563
Contas a receber	5	9.648	8.651
Outros créditos	6	9.037	9.880
Estoque		218	183
		187.732	166.277
Não circulante			
Outros créditos	6	2.955	4.100
Tributos diferidos	17	15.584	16.390
Investimentos	8	112.420	109.838
Imobilizado	9	106.991	110.142
Intangível	10	64.608	68.013
		302.558	308.483
Total do ativo		490.290	474.760

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores - partes relacionadas	7	4.589	138
Impostos e contribuições sociais		992	2.324
Outras contas a pagar		1.558	1.134
Uso do bem público - CESAP	11	11.339	8.607
		18.478	12.203
Não circulante			
Uso do bem público - CESAP	11	153.093	163.508
Partes relacionadas	7	1.513	1.405
Outras contas a pagar		18	54
		154.624	164.967
Patrimônio líquido			
Capital social	12	247.250	247.250
Reserva de lucros		69.938	41.485
Dividendos complementares		-	8.855
		317.188	297.590
Total do passivo		490.290	474.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	13	88.885	78.057
Custos operacionais	14	(14.538)	(14.610)
Energia elétrica comprada	15	(28.356)	(7.562)
Lucro bruto		45.991	55.885
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(5.118)	(4.507)
Outras despesas operacionais		(503)	(596)
Resultado de equivalência patrimonial		4.764	(611)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		45.134	50.171
Receitas financeiras	16	15.514	19.784
Despesas financeiras	16	(3.947)	(20.052)
Resultado financeiro líquido		11.567	(268)
Resultado antes dos impostos		56.701	49.903
Contribuição social	17	(2.941)	(3.133)
Imposto de renda	17	(8.146)	(8.680)
Contribuição social diferida		(213)	(213)
Imposto de renda diferido		(593)	(593)
Lucro líquido do exercício		44.808	37.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	<u>44.808</u>	37.284
Resultado abrangente total	<u>44.808</u>	<u>37.284</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Dividendo complementar	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	218.634	5.474	84.455	-	-	308.563
Aumento do capital social	28.616	-	(28.616)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.284	37.284
Recursos das consorciadas - CESAP	-	-	(5)	-	-	(5)
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	1.864	-	-	(1.864)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(3.397)	-	(8.855)	(12.252)
Dividendo complementar (25%)	-	-	(36.000)	8.855	(8.855)	(36.000)
Transferência para reserva de lucros	-	-	17.710	-	(17.710)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	247.250	7.338	34.147	8.855	-	297.590
Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	(4.416)	-	-	(4.416)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	44.808	44.808
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	2.240	-	-	(2.240)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(10.642)	(10.642)
Dividendo complementar (25%)	-	-	-	(8.855)	(1.787)	(10.642)
Transferência para reserva de lucros	-	-	30.139	-	(30.139)	-
Outros	-	-	490	-	-	490
Saldos em 31 de dezembro de 2017	247.250	9.578	60.360	-	-	317.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	44.808	37.284
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Uso do bem público - CESAP	(7.683)	9.234
Resultado com equivalência patrimonial	(4.764)	611
Valor residual de ativo imobilizado baixado	828	-
Impostos diferidos	806	806
Depreciação e a amortização	7.395	8.203
	41.390	56.138
Variações patrimoniais		
Redução no contas a receber	(997)	(6.205)
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes e não circulantes	1.084	1.158
(Redução) aumento nas compra de energia elétrica - BAESA/SEFAC	4.451	(654)
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	548	531
(Redução) aumento nos demais passivos circulantes e não circulantes	(3.476)	1.004
Caixa oriundo das operações	1.610	(4.166)
Total das disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	43.000	51.972
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições em imobilizado/intangível	(1.667)	(2.092)
Dividendos recebidos	3.060	1.948
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	1.393	(144)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Operações com coligadas e controladas	(9)	(13)
Juros sobre capital próprio	(16.915)	(8.855)
Dividendos pagos	(1.787)	(36.000)
Dividendos intercalares	(4.416)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(23.127)	(44.868)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos	21.266	6.960
A variação líquida de caixa é assim demonstrada		
Disponibilidades		
No fim do exercício	168.829	147.562
No início do exercício	147.563	140.602
Aumento de caixa e equivalente de caixa	21.266	6.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas		
Venda de energia e serviços	96.578	87.652
Outros resultados	(303)	(351)
	96.275	87.301
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos - custos energia comprada	(28.356)	(7.562)
Material e serviços de terceiros	(3.533)	(6.444)
	(31.889)	(14.006)
Valor adicionado bruto	64.386	73.295
(=) Valor adicionado líquido	64.386	73.295
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	11.367	(512)
Resultado da equivalência patrimonial	4.764	(611)
	16.131	(1.123)
Valor adicionado total a distribuir	80.517	72.172
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	2.866	1.654
Encargos sociais (exceto INSS)	379	249
Entidade de previdência privada	332	154
Auxílio-alimentação	370	191
Provisões de férias e 13º	887	537
Convênio assistencial e outros benefícios	441	276
Participação nos resultados	233	176
Outros	281	145
	5.789	3.382
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	715	391
IRPJ/CSLL	11.893	12.620
PIS/COFINS e outros	7.693	9.594
Outros	9.619	8.900
	29.920	31.506
Acionistas		
Resultados retidos	44.808	38.090
Total	80.517	72.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

A DME Energética S.A. ("Companhia" ou "DMEE"), é uma empresa pública do Município de Poços de Caldas, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 7.192, de 27 de junho de 2000, e regida pela Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010 sediada na Rua Amazonas nº 65 - centro, no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais.

A Companhia tem como única acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A., a qual figura como Controladora da Companhia.

A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. A DMEE detém as seguintes participações diretas em outras sociedades:

Sociedades/Consórcios	Participação %
Baesa - Energética Barra Grande S.A. (*)	8,8189%
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A. (***)	10,0877%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU (**)	10,0000%
Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ	10,0000%
Consórcio Empresarial Salto do Pilão - CESAP	20,0000%

(*) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Barra Grande.

(**) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da Linha de Transmissão 230 KV Campos Novos, Barra Grande, Lagoa Vermelha e Santa Maria.

(***) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Serra do Facão.

b) Outorgas de geração de energia

Em consonância com seu objeto social a Companhia possui outorga para exploração de quatro empreendimentos de geração hidroelétrica, sendo:

Usina	Potência (MW)	Regime de exploração	Tipo de geração	% Participação	Participação DMEE (MW)	Município	Fase
UHE Pedro Affonso Junqueira (UHE Antas I)	8,78	Cotas	UHE	100,00%	8,78	Poços de Caldas - MG	Operação
Salto Pilão (CESAP)	192	PIE	UHE	20,00%	38,38	Apiúna - SC, Ibirama - SC e Lontras - SC	Operação
PCH Padre Carlos (Rolador)	7,8	PIE	PCH	100,00%	7,8	Poços de Caldas - MG	Operação
Pai Querê (CEPAQ)	<u>292</u>	PIE	UHE	10,00%	<u>29,20</u>	Bom Jesus - RS e Lages - SC	Projeto
	<u>500,47</u>				<u>84,16</u>		

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Outorgas de geração de energia--Continuação

i) *UHE Antas I*

A partir do mês de abril de 2014, a concessão da Usina Antas I passou a ser de titularidade da DMEE, conforme 1º Termo Aditivo ao 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 048/99 - ANEEL. A totalidade da geração da usina é destinada a 34 distribuidoras de energia do SIN (Sistema Interligado Nacional), no regime de cotas. A DMEE recebe mensalmente por esta energia 1/12 da RAG (Receita Anual de Geração), estipulada no 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 48/99.

ii) *Consórcio Empresarial Salto Pilão - CESAP*

O Consórcio Empresarial Salto Pilão ("CESAP"), com sede em Florianópolis - SC, foi constituído em 22 de janeiro de 2002 e tem por objeto a construção, operação, manutenção, administração e exploração, mediante concessão de uso de bem público (concessão onerosa), do aproveitamento hidrelétrico Salto Pilão bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme definido no Contrato de Concessão nº 015, datado de 23 de abril de 2002, assinado pelas consorciadas com a ANEEL.

A Companhia participa no Consórcio Salto Pilão ("CESAP") com 20%. O Consórcio não têm personalidade jurídica nem constitui pessoa jurídica distinta dos consorciados, portanto, devem ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidades para o cumprimento do Contrato de Concessão.

As operações do Consórcio serão mantidas durante o prazo de concessão compartilhada das consorciadas.

iii) *PCH Padre Carlos - Rolador*

Conforme Resolução ANEEL nº 136 de 3 de maio de 2000, autorizou o Departamento Municipal de Eletricidade - DME autarquia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico da central geradora Rolador pelo prazo de trinta anos, com 7,8 MW de potência instalada, localizada no município de Poços de Caldas, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica, nos termos da Resolução ANEEL nº 394 de 04/12/1998 e pela Resolução ANEEL nº 431 de 26 de agosto de 2003 autorizou o Departamento Municipal de Eletricidade - DME, a proceder a transferência para a empresa DME Energética S/A da exploração da PCH Rolador e a alteração da denominação para PCH Padre Carlos. A energia hoje produzida é comercializada no ambiente de contratação livre.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Outorgas de Geração de Energia--Continuação

iv) *Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ*

Através do Decreto de 02/04/2002, foi outorgada às empresas que constituem o Consórcio Empresarial Pai Querê, concessão de uso de bem público para exploração de potencial hidráulico, na condição de produtores independentes, pelo período de 35 anos, por meio da usina hidrelétrica Pai Querê, com 292 MW de potência instalada mínima, localizado em trecho do rio pelotas, município de Lages, Estado de Santa Catarina e Bom Jesus no Estado do Rio Grande do Sul. Objeto do Contrato de Concessão nº 20/2002 de 23/04/2002.

As obras de construção da UHE Pai Querê não foram realizadas em função da ausência de licenciamento ambiental prévio.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A autorização para a conclusão e emissão das demonstrações financeiras foi efetuada pela Administração em 5 de abril de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as estimativas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contas a receber
- Nota 18 - Contingências
- Nota 20 - Instrumentos financeiros

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

A Companhia considera que o consórcio Salto Pilão - CESAP é um negócio (*joint operation*) em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Assim, a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras seus ativos, passivos e resultado dessas do consórcio Salto Pilão - CESAP, na proporção de sua participação (20%).

b) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação e, que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais ativos e passivos financeiros: i. mensurados ao valor justo por meio do resultado, ii. empréstimos e recebíveis, iii. caixa e equivalentes de caixa e iv. Passivos financeiros a custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

i) *Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*--Continuação

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras", no período em que ocorrem.

ii) *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber.

iii) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

iv) *Passivos financeiros a custo amortizado*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores (Nota 15) e outras contas a pagar (Nota 7).

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Impairment de ativos e passivos financeiros

i) *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e) Ativos intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Imobilizado--Continuação

iii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Edifícios	5 - 50 anos
Máquinas e equipamentos	7 - 37 anos
Móveis e utensílios	5 - 16 anos

Os métodos de depreciação, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual de um equipamento foram revisados em 31 de dezembro de 2017.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido a sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não registrou provisões.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O IRPJ/CSLL diferidos da reversão RTT que compreende a amortização e encargos financeiros da UBP - utilização do bem público, será excluído até o término do contrato conforme determinação do artigo 69 da Lei 12.973/2014. Conforme contrato de concessão - cláusula 2ª com prazo de 35 anos, contado a partir da data de sua assinatura em 23/04/2002 a concessão se encerra em 22/04/2037.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Impostos e contribuições

A Companhia apura e calcula seus tributos, impostos e contribuições, com base em regime de competência:

- O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados de acordo com a Apuração Mensal no LALUR (Livro de apuração do Lucro Real).
- As contribuições do PIS e da COFINS são apuradas conforme o faturamento mensal da Companhia.
- As contribuições ao INSS e ao FGTS são apuradas de acordo com a folha de pagamento mensal da Companhia.
- O ISSQN e o IRRF são retidos quando da contratação e prestação de serviços de terceiros.

j) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas quando entrarem em vigência. A Companhia considera que o impacto da adoção dessas normas não será material. Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas abaixo.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 01/01/2018)	O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. O pronunciamento introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Será exigido efeito retrospectivo, mas a informação comparativa não é obrigatória.
CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente	O objetivo deste pronunciamento é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. Além disso, substitui o CPC 30 - Receita e outros documentos do CPC correlacionados ao reconhecimento de receitas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	571	49
Aplicações financeiras - CDB pré-fixado	168.258	147.514
	<u>168.829</u>	<u>147.563</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo aplicadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber

	2017	2016
IBS Comercializadora Ltda	888	724
Brasil Comercializadora de Energia S/A	831	1.058
Eletropaulo Metropolitana Eletr. De São Paulo	693	1.002
Solenergias Comercializadora de Energia S/A	569	-
Copel Distribuição S/A	526	505
Kroma Comercializadora Energia Ltda	519	-
Light Serviços de Eletricidade S/A	508	504
COELBA - Cia. Eletricidade do Estado da Bahia	433	411
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S/A	360	358
CELPE - Cia Energética de Pernambuco	358	350
Elektro Redes S/A	299	-
WX Energy Comercializadora Energia	239	-
COELCE - Cia. Energética do Ceará	232	234
Ampla Energia e Serviços S/A	223	188
Apuração Regime de Cotas de Garantia - Antas I	212	232
CEMIG Distribuição S/A	209	174
CEPISA - Cia Energética do Piauí	207	262
EDP Espírito Santo Distribuição Energia	188	-
EDP São Paulo Distribuição Energia	174	-
Lojas Riachuelo S/A	154	-
COSEERN - Cia. Energética do Rio Grande do Norte	144	137
CELG Distribuição S/A	138	122
BC Comercializadora Energia	135	-
Deckel Ind. E Com. De Plásticos Técnicos Ltda.	133	110
Energética Comercializadora Energia	125	-
Companhia de Eletricidade do Amapá	121	232
Minerva Comercializadora Energia Ltda	119	-
Comerc.Com. Energia Elétrica Ltda	201	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia	113	115
Energisa Mato Grosso do Sul S/A	110	112
FDR Comercializadora Energia Ltda	109	-
CEMAR - Cia. Energética do Maranhão	106	105
Companhia Paulista de Força e Luz	77	74
Energisa Paraíba Distrib. Energia S/A	64	65
Energisa Sergipe Distrib. Energia S/A	50	47
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia	49	49
CEAL - Cia. Energética de Alagoas	16	35
Energisa Borborema Distrib. Energia S/A	9	9
P.Severini Netto Comercial Ltda	2	-
Condominio Operacional Minas Sul Shopping	2	-
Boven Comercializadora Energia Ltda	2	-
Companhia Jaguarí de Energia	1	-
DEAL Comercializadora de Energia Ltda	-	404
Delta Comercializadora de Energia Ltda	-	362
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	-	268
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A	-	220
Bandeirantes Energia S/A	-	182
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	1
	9.648	8.651

Refere-se, basicamente, a saldo a receber decorrentes dos suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

O prazo médio do contas a receber é de aproximadamente 30 (trinta) dias. A DMEE avaliou os saldos do contas a receber dos clientes e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, não existe necessidade de constituição de provisão de devedores duvidosos.

6. Outros créditos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo		
Circulante:		
IRRF sobre aplicações financeiras	3.778	6.198
IRPJ a compensar	2.605	-
Prêmio de seguro a apropriar - risco hidrológico	1.306	1.306
Dividendos a receber de coligada	1.192	2.080
Outros	156	296
	<u>9.037</u>	<u>9.880</u>
Não circulante:		
Risco hidrológico	1.932	3.228
Outros	1.023	872
	<u>2.955</u>	<u>4.100</u>

7. Partes relacionadas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo circulante:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	4.589	138
	<u>4.589</u>	<u>138</u>
Passivo não circulante:		
P&D - pesquisa e desenvolv. - CESAP	874	815
Aquisição unidade de conservação - CESAP	639	586
Taxa fiscalização ANEEL - UHE Antas I	-	4
	<u>1.513</u>	<u>1.405</u>
Custo:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	19.468	4.050

(a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Energética Barra Grande S.A. - BAESA, na qualidade de vendedora, e a DMEE, na qualidade de compradora, tendo por objeto a compra e venda da energia gerada na UHE Barra Grande, o qual vigorará até 14 de maio de 2036. A DMEE deverá adquirir o montante da energia assegurada (garantia física) proporcional a sua participação na BAESA, em condições de preço definidas entre as partes.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

7. Partes relacionadas--Continuação

Profissionais-chaves da Administração

A Companhia considerou como “profissionais-chave” os integrantes da sua Diretoria Executiva, composto pelo Diretor Superintendente e pelo Diretor Comercial-Financeiro, para o exercício de 2017.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 a remuneração da Diretoria Executiva foi apropriada como despesa que incluiu salários, abono de férias, 13º salário, e outros benefícios no montante de R\$1.112 em 2017 (R\$717 em 2016).

8. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Participações em consórcio		
Consórcio Empresarial Pai Querê	<u>3.777</u>	3.768
Participações Societárias Permanente		
Baesa - Barra Grande Energia S.A.	69.014	65.027
Sefac - Serra do Facão Energia S.A.	31.197	31.925
Etau - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	8.432	9.118
	<u>108.643</u>	106.070
	<u>112.420</u>	109.838

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

b) Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial

Em milhares de reais	Participação %	Quantidade de ações	Total do ativo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Equivalência patrimonial 2017	Equivalência patrimonial 2016
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	8,8189%	398.381.000	1.187.390	782.564	45.633	4.024	3.320
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.	10,0877%	370.899.999	2.352.111	309.259	(7.208)	(727)	(6.092)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU	10%	34.895.364	151.852	84.315	14.670	1.467	2.161
			3.691.353	1.176.138	(53.095)	4.764	(611)

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	Saldos 2016	Equivalência patrimonial	Dividendos 2017	Saldo 2017
Baesa	65.027	4.024	(38)	69.014
SEFAC	31.925	(727)	-	31.197
ETAU	9.118	1.467	(2.153)	8.432
Total	106.070	4.764	(2.191)	108.643

	Saldos 2015	Equivalência patrimonial	Dividendos 2016	Afac Sefac	Saldo 2016
Baesa	61.739	3.320	(32)	-	65.027
SEFAC	32.468	(6.092)	-	5.549	31.925
ETAU	8.986	2.161	(2.029)	-	9.118
Total	103.193	(611)	(2.061)	5.549	106.070

Nenhuma das coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Não obstante a Companhia possuir menos do que 20% do capital votante das coligadas Energética Barra Grande S.A. (BAESA), Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) e Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC), a Companhia entende que possui uma influência significativa, dada sua representatividade no Conselho de Administração das investidas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	
				2017	2016
Imobilizado em serviço					
Terrenos	n.a.	1.573	-	1.573	1.572
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	18.052	(5.442)	12.610	13.276
Máquinas e equipamentos	3,33%	55.199	(19.491)	35.708	37.308
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	66.281	(13.545)	52.736	54.113
Veículos	14,29%	120	(77)	43	55
Móveis e utensílios	6,25%	96	(52)	44	29
Sistema de Transmissão e Conexão		1.085	(298)	787	825
Total do imobilizado em serviço		142.406	(38.905)	103.501	107.178
Imobilizado em curso					
Imobilizado em curso		2.266	-	2.266	2.020
Total do imobilizado em curso		2.266	-	2.266	2.020
Administração:					
Terrenos	n.a.	356	-	356	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.286	(552)	734	776
Máquinas e equipamentos	6,25%	414	(351)	63	81
Móveis e utensílios	6,25%	240	(169)	71	86
Veículos	14,29%	110	(110)	-	1
Total do imobilizado - administração		2.406	(1.182)	1.224	944
Total do imobilizado		147.078	(40.087)	106.991	110.142

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

a) Composição do imobilizado de acordo com as unidades de cadastro da Resolução Normativa da ANEEL 674/2015

	Custo de aquisição	Depreciação/ amortização/ acumulada	Líquido	
			2017	2016
Ativo imobilizado em serviço				
Geração	142.406	(38.905)	103.501	107.178
Administração	2.406	(1.182)	1.224	944
	144.812	(40.087)	104.725	108.122
Ativo imobilizado em curso				
Geração	2.266	-	2.266	2.020
	147.078	(40.087)	106.991	110.142

b) Movimentação do custo do ativo imobilizado em serviços e administração

	2016	Adições	Baixas	Transferências	2017
Terrenos	1.759	-	-	356	2.115
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.504	-	(336)	-	22.168
Máquinas e equipamentos	67.597	365	(184)	134	67.912
Reservatórios, barragens e adutoras	82.528	67	-	-	82.595
Veículos	411	-	(181)	-	230
Móveis e utensílios	313	28	-	-	341
Sistema Transmissão e Conexão	1.085	-	-	-	1.085
(-) Provisão do Valor Recuperável dos Bens Indenizados - Antas I	(31.634)	-	-	-	(31.634)
	144.563	460	(701)	490	144.812
Imobilizado em curso	2.020	1.203	(467)	(490)	2.266
	146.583	1.663	(1.168)	-	147.078

As baixas do ativo imobilizado em curso, se referem a interrupção das ações e estudos para implantação do projeto do Complexo Eólico Claro dos Poções, em virtude da inviabilidade econômica - financeira.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

c) Movimentação da depreciação acumulada

	<u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2017</u>
Reservatórios, barragens e adutoras	(13.665)	(1.828)	-	(15.493)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(6.031)	(593)	121	(6.503)
Máquinas e equipamentos	(19.745)	(2.408)	48	(22.105)
Veículos	(356)	(1)	171	(186)
Móveis e utensílios	(195)	(29)	-	(224)
Bens Indenizados - Antas I	3.811	911	-	4.722
Sistema Transmissão e Conexão	(260)	(38)	-	(298)
	<u>(36.441)</u>	<u>(3.986)</u>	<u>340</u>	<u>(40.087)</u>

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados, dentre outras.

O resultado de tal avaliação para os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução adicional ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização adicionais a serem reconhecidas.

10. Intangível

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	
				<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em serviço	20%	88.665	(24.071)	64.594	67.991
Software	20%	220	(206)	14	22
Total do intangível		<u>88.885</u>	<u>(24.277)</u>	<u>64.608</u>	<u>68.013</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

a) Movimentação do intangível

	2015	Amortização	2016	Adições	Amortização	2017
UHE Salto Pilão	-	-	-	4	-	4
UBP - Salto Pilão	71.388	(3.398)	67.990	-	(3.401)	64.589
PCH Padre Carlos	1	-	1	-	-	1
Software	34	(12)	22	-	(8)	14
Total do intangível	71.423	(3.410)	68.013	4	(3.409)	64.608

Contrato de Concessão - AHE Salto Pilão

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado a partir da entrada em operação pelo respectivo prazo remanescente da concessão, e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento.

A obrigação decorre do Contrato de Concessão, pelo uso do bem público, a ser recolhido mensalmente à União.

Em "Outros intangíveis" estão registrados os gastos com aquisição de softwares e as respectivas amortizações.

11. Uso do bem público (CESAP)

	2017	2016
UBP - CESAP (Passivo Circulante)	11.339	8.607
UBP - CESAP (Passivo Não Circulante)	153.093	163.508
	164.432	172.115

O Uso do bem público é uma obrigação decorrente do Contrato de Concessão a ser recolhido mensalmente à União a partir do início da operação comercial e até o 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico o montante de R\$510.000 (base de preços de outubro de 2001). A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo prazo da concessão.

A obrigação foi registrada no passivo em julho de 2009, data da Licença Ambiental de Operação do Consórcio, e vem sendo atualizado pelo IGPM, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e seus Aditivos. Esta obrigação foi contabilizada originalmente ajustada a valor presente.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016, subscrito e totalmente integralizado é de R\$247.250, divididos em 215.696.330 ações ordinárias, nominativas tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

No exercício de 2017 foram pagos dividendos relativos a lucros acumulados à DME Poços de Caldas Participações S/A no valor de R\$4.416 mil, conforme ata AGE de 27 de dezembro de 2017.

d) Destinação do lucro líquido

A Companhia destina como dividendo anual até 50% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Dividendos adicionais declarados ainda não aprovado, só devem ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

No exercício de 2017 a Companhia deliberou pelo pagamento nos meses de junho, outubro e dezembro de juros sobre o capital próprio para sua única acionista DME Poços de Caldas Participações S.A., no valor total de R\$16.914 (R\$13.830 em 2016) calculados sobre as contas do patrimônio líquido utilizando a taxa de juros de longo prazo no período de janeiro a dezembro, conforme previsto na legislação vigente.

Em 2017, a Companhia apurou o valor de R\$21.284 mil que corresponde a 50% do lucro líquido do exercício. Nesse montante estão imputados os juros sobre capital próprio.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do período	44.808	37.284
(-) Reserva legal	(2.240)	(1.864)
Base de cálculo	42.568	35.420
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.642	8.855
Dividendos adicionais estatutários (25%)	10.642	8.855
Dividendos	21.284	17.710

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

13. Receita operacional líquida

a) Receita com fornecimento de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Suprimento de energia elétrica	52.228	49.017
Comercialização de energia	32.793	33.202
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	2.286	826
Usina Antas I - Regime de Cotas	2.541	2.474
Venda Energia Elétrica para Terceiros	6.729	2.133
	<u>96.577</u>	<u>87.652</u>
Deduções da receita operacional		
PIS/Pasep	(1.062)	(1.267)
COFINS	(4.894)	(5.836)
Encargos do consumidor - P&D	(397)	(377)
Taxa de Fiscalização ANEEL	(120)	(128)
ICMS - Comercialização com Terceiros	(283)	(384)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(936)	(1.603)
	<u>(7.692)</u>	<u>(9.595)</u>
	<u>88.885</u>	<u>78.057</u>

14. Custos operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depreciação operacional	3.986	3.759
Amortização operacional	3.409	3.399
Serviços de terceiros	2.594	4.940
Encargos de uso rede elétrica	1.598	1.155
Pessoal	2.617	1.017
Material	209	194
Outros	125	146
	<u>14.538</u>	<u>14.610</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

15. Energia elétrica comprada

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
BAESA - Barra Grande Energia S.A.	19.468	4.050
Federal Energia Ltda	3.257	1.370
Brasil Comercializadora Energia S/A	1.588	-
CCEE - risco hidrológico	1.295	1.344
Clime Trading Comercializ.Energia Ltda	781	-
Deal Comercializadora de Energia Ltda	640	84
Boven Comercializ. Energia Ltda	397	-
FDR Comercializ. Energia Ltda	350	-
CCEE - Câmara Comercialização de Energia	292	-
Bio Energia Comércio de Energia	280	-
Encargos de Transmissão - RE-TUSD	8	-
América Energia Ltda	-	550
Kroma Comercializadora de Energia Ltda	-	164
	<u>28.356</u>	<u>7.562</u>

A partir de 1º de janeiro de 2012, a DMEE não efetuou mais compra de energia para revenda da sua coligada SEFAC e toda a energia da SEFAC esta sendo vendida no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

16. Receitas e despesas financeiras líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	16.164	20.191
Receita não operacional	200	245
Juros recebidos	16	389
(-) Tributos sobre receita financeira	(866)	(1.041)
	<u>15.514</u>	<u>19.784</u>
Despesa financeira		
Encargos financeiros UBP Salto Pilão	993	(15.088)
Uso do bem público - UBP - AVP	(4.784)	(4.911)
Outras despesas	(128)	-
Atualização financeira - P&D	(28)	(53)
	<u>(3.947)</u>	<u>(20.052)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>11.567</u>	<u>(268)</u>

Receita financeira

Relacionada com as aplicações financeiras, a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2017 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14.

- a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2017 e 2016:

	2017	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	56.701	56.701
Adições temporárias e permanentes	3.627	3.627
Exclusões temporárias e permanentes	(27.648)	(27.648)
Base de cálculo	32.681	32.681
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.902	2.941
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	3.244	-
Total impostos correntes	8.146	2.941

	2016	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	49.903	49.903
Adições temporárias e permanentes	6.704	6.704
Exclusões temporárias e permanentes	(21.887)	(21.887)
Base de cálculo	34.720	34.720
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	5.223	3.133
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	3.458	-
Total impostos correntes	8.680	3.133

- b) A movimentação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

Diferenças temporárias	2017	2016
Reversão RTT - amortização UBP	8.450	8.887
Reversão RTT - encargos financeiros UBP	37.385	39.319
Base impostos diferidos	45.835	48.206
Alíquota aplicável	34%	34%
Impostos diferidos ativos	15.584	16.390
Total despesa imposto diferido	806	806

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

18. Contingências

A Companhia possui somente um processo judicial do Espólio Pedro Afonso Guimarães, para o qual, na avaliação de risco da Administração, baseada na opinião de sua Assessora Jurídica, apresenta risco provável de perda que demande a constituição de provisões no valor de R\$ 208 mil, conforme estabelecido pelo CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente. O mencionado processo referente a compromisso de compra e venda de uma área rural, em trâmite perante a Comarca de Caldas-MG, o qual está na fase pericial, sem sentença de primeiro grau.

A Companhia não é parte em outros processos judiciais considerados pela sua Assessoria Jurídica com risco de perda possível.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- Contas a Receber/Outros Créditos- são, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

Nível de hierarquia

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
- Nível 3 - ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa Econômica Federal	117.672	119.899
Banco do Brasil	6	9
Banco Mercantil do Brasil	48.240	22.929
Banco Itaú	2.182	4.548
Aplicação CESAP	158	128
	<u>168.258</u>	<u>147.513</u>

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 se aproximam de seus valores contábeis.

20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Risco de crédito - advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.
- Risco quando a escassez de energia - a Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, é abastecida predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas.

O setor elétrico brasileiro está enfrentando um período de crise, que se iniciou em 2012, devido, principalmente, à hidrologia desfavorável, com energia natural afluyente e volume armazenado dos reservatórios muito baixos, o que leva à: a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas; c) preços de liquidação das diferenças (PLD) elevados e com alta volatilidade, assim como os preços no mercado livre e mercado regulado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

- Risco de liquidez - a previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em ativos financeiros equivalentes a caixa.

21. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2017 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

22. Eventos subsequentes

Alteração do Estatuto Social da DMEE

Com base na anuência prévia da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, expedida através do Despacho nº 186, de 24 de janeiro de 2018, e nas deliberações do Conselho de Administração da DME Poços de Caldas Participações S/A - DME, proferidas na 110ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2018, foi aprovada a alteração do Parágrafo único do Artigo 8º do Estatuto social da DMEE, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Parágrafo único. fica facultada a distribuição, intercalar ou intermediária, em relação a qualquer período, dos dividendos apurados em balanço ou balancete especialmente levantado, bem como, o pagamento de juros sobre o capital próprio, a ser imputado aos dividendos obrigatórios, mediante deliberação da Diretoria ad referendum da Assembleias Geral"; bem como, foi aprovado a alteração do §1º do Artigo 9º do Estatuto social da DMEE, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "§1º. O valor dos juros sobre o capital próprio pagos ou creditados será imputado aos dividendos obrigatórios".

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

* * *

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Junqueira Franco
Diretor Comercial-Financeiro

Jarba Moreira da Silva
Contador
CRC-MG074.173/0-7

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhores representantes do Acionista,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da DME Energética S.A. - DMEE para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

1) Geração

Em 31/12/2017, a Concessionária detinha 136,99 MW de potência instalada em operação, dos quais 54,96 MW em base de controladora (propriedade integral e compartilhada em consórcio) e 82,03 MW por meio da participação proporcional nas SPE's, conforme quadro a seguir:

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW médio) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	208,47	118,23		54,96	31,03		
PCH Padre Carlos (Rolador)	7,80	4,07	100,00%	7,80	4,07	15/07/2003	03/05/2030
UHE Antas I	8,78	5,16	100,00%	8,78	5,16	1911	31/12/2042
UHE Salto Pilão	191,89	109,00	20,00%	38,38	21,80	11/12/2009	22/04/2037
Sociedade de Propósito Especifico	900,00	562,60		82,03	51,92		
UHE Barra Grande	690,00	380,60	8,8189%	60,85	33,56	03/11/2005	13/05/2036
UHE Serra do Facão	210,00	182,00	10,0877%	21,18	18,36	12/07/2010	06/11/2036
Total	1.108,47	680,83		136,99	82,95		

A Companhia está concentrando esforços na elaboração de projeto básico de 2 (duas) pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) e estudos de 3 (três) centrais geradoras hidrelétricas (CGH's), que adicionarão 31,88 MW de potência instalada ao parque gerador da Empresa, conforme quadro a seguir.

Projetos de Usinas - Características Físicas							
Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW médio) Proporc.	Previsão Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	31,88	16,98		31,88	16,98		
PCH Boa Vista	16,00	8,41	100,00%	16,00	8,41	nov/2021	
PCH Marambaia	8,50	4,51	100,00%	8,50	4,51	nov/2021	
CGH Darci	2,93	1,61	100,00%	2,93	1,61	dez/2024	
CGH Curimbaba	2,40	1,32	100,00%	2,40	1,32	mai/2022	
CGH Fervedor	2,05	1,13	100,00%	2,05	1,13	dez/2024	
Total	31,88	16,98		31,88	16,98		

Estes projetos de geração consumiram R\$1.113,92 mil de investimentos até 31/12/2017 (sendo R\$771,68 mil gastos até 31/12/2016), principalmente com a elaboração dos Estudos de Inventário Hidrelétrico dos Rios Pardo e Verde. Atualmente, a DMEE não possui nenhum ativo de geração em construção.

Garantia Física Realizada e Esperada

Usina - Garantia Física GWh/ano Proporcional	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Controladora							
Integral e Compartilhada	31,03	31,03	32,05	32,05	32,05	32,05	32,05
PCH Padre Carlos (Rolador)	4,07	4,07	4,07	4,07	4,07	4,07	4,07
UHE Antas I	5,16	5,16	5,16	5,16	5,16	5,16	5,16
UHE Salto Pilão	21,80	21,80	22,82	22,82	22,82	22,82	22,82
Não Controladora							
Sociedade de Propósito Específico	51,92	51,92	50,91	50,91	50,91	50,91	50,91
UHE Barra Grande	33,56	33,56	32,88	32,88	32,88	32,88	32,88
UHE Serra do Facão	18,36	18,36	18,04	18,04	18,04	18,04	18,04
Consolidado	82,95	82,95	82,96	82,96	82,96	82,96	82,96

Em 31/12/2017, parte considerável da garantia física tinha receita garantida por meio dos CCEARs, o que reduz o risco das flutuações de preços no mercado de curto prazo.

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 1º/jan/2017	Preço no ACR em 1º/jan/2017	Data e índice de reajuste no ACR
Integral e Compartilhada			
UHE Salto Pilão	100% ACR até o vcto. Outorga	R\$ 246,37	Cesta várias datas

No segmento de geração, destacam-se também as seguintes atividades:

UHE Pedro Affonso Junqueira - Antas I (Poços de Caldas – MG)

Em relação à Manutenção da citada UHE, destacam as seguintes atividades realizadas em 2017:

- Modernização da unidade hidráulica de regulação da máquina 7;
- Instalação de proteções de segurança junto as máquinas 1 a 6;
- Elaboração de especificação técnica para modernização do sistema de operação da máquina 7; e
- Contratação de empresa para execução de manutenções mecânicas;

PCH Padre Carlos (Poços de Caldas – MG)

No que se refere à Manutenção da PCH, destacam as seguintes atividades realizadas em 2017:

- Aquisição de regulador de tensão Digureg/Siemens para upgrade de RG3-T4 existente na unidade geradora 2 da PCH Padre Carlos, serviço de instalação do Digureg no painel do Sistema de Excitação RG3-T4 existente e recomissionamento do sistema de excitação;

- Elaboração de especificação técnica para modernização das turbinas com substituição de regulador de velocidade e equipamentos de controle;
- Modernização e reforma do equipamento mecânico para acionamento do portão de entrada;
- Manutenção corretiva nas grades da câmara de carga; e
- Contratação de empresa para execução de manutenções mecânicas;

UHE Salto Pilão (Ibirama, Lontras e Apiúna – SC)

No ano de 2017, a UHE Salto Pilão contabilizou uma produção líquida anual de 827.062 MWh, em decorrência, principalmente, da distribuição irregular das chuvas durante o ano, sendo que no primeiro semestre foi registrada uma afluência média mensal de 147,79 m³/s, já no segundo semestre a afluência média mensal ficou em 55,08 m³/s.

Durante o ano de 2017, o CESAP atuou fortemente no desenvolvimento de ações e atividades de Comunicação Social e Educação Ambiental. Em março, foi realizado o evento de Apresentação dos Projetos Socioambientais/2017, com destaque para: (i) o lançamento do Livro de Fauna da UHESP; (ii) Início das atividades do Programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE); (iii) e da Campanha “O Rio Itajaí Pede Nossa Ajuda”;

Ao longo de 2017 foi produzido o Documento de Caracterização de Localidades, a fim de possibilitar o mapeamento dos atores sociais da Área de Influência Direta da UHE Salto Pilão, visando a definição de áreas prioritárias para investimentos sociais do grupo.

Centrais Geradores Hidrelétricas

Em 2017, foram contratados os serviços de elaboração dos projetos básicos e viabilidade para as CGH’S Darci, Fervedor e Curimbaba, bem como os serviços de levantamento com perfilhamento a laser das áreas de estudo das referidas CGH’S.

PCH Boa Vista

Em 15/03/2017, através do Despacho nº 735, a ANEEL conferiu à DMEE o registro de adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso de potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) para esta PCH.

PCH Marambaia

Em 14/03/2017, através do Despacho nº 718, a ANEEL conferiu à DMEE o registro de adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso de potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) para esta PCH.

2) Transmissão

A DMEE possui participação acionária na Empresa de Transmissão do Alto Uruguai – ETAU, concessionária privada do serviço público de transmissão de energia, detentora da concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreendem 4 subestações e 188 km de linha de transmissão, na tensão de 230 kV, interligando as Subestações de Campos Novos, em Santa Catarina, e Santa Marta, no Rio Grande do Sul, abrange 02 estados e 13

municípios, sendo 03 no estado de Santa Catarina e 10 no estado do Rio Grande do Sul, conforme quadro a seguir:

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade de Transmissão (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Sociedade de Propósito Específico - ETAU			188,57	1.483		
Trecho A - Campos Novos – Barra Grande	CS	230	34,63	715	29/09/2005	17/12/2032
Trecho B - Barra Grande – Lagoa Vermelha 2	CS	230	58,11	529	29/09/2005	17/12/2032
Trecho C - Lagoa Vermelha – Santa Marta	CS	230	95,83	239	17/04/2005	17/12/2032
Total			188,57	1.483		

Linhas de Transmissão em Operação – Características Financeiras						
Sociedade de Propósito específico	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degraú da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”)	10,00%	46.039	4.604	dez/20	Junho	IGP-M
Total		46.039	4.604			

A RAP esperada, sem considerar novos projetos, é de R\$ 46.797 mil para 2018 (evolução de 1,95% em relação a 2017) e de R\$ 23.399 mil para 2022 (decréscimo de 49,02% em relação a 2017), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - R\$ mil em moeda constante de 31/12/2017								
Sociedade de Propósito Específico - RAP Proporcional em moeda constante de 31/12/2016								
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”)	4.100	4.590	4.680	4.387	3.217	2.340	2.340	
Consolidado Proporcional	4.100	4.590	4.680	4.387	3.217	2.340	2.340	

3) Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, o lucro líquido da DMEE foi de R\$ 44,80 milhões, contra R\$ 37,28 milhões em 2016, um acréscimo de 20,87%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 88,88 milhões, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 78,57 milhões. Esse acréscimo de 13,12% se deve principalmente ao aumento de 10,18% na receita com fornecimento de energia e à redução nas deduções da receita operacional decorrente do aumento do crédito tributário originários das compras de energia elétrica.

As despesas e os gastos operacionais totalizaram, em 2017, R\$ 48,51 milhões, 77,89% superior em relação à 2016, destacando-se o resultado apresentado na aquisição de energia elétrica que apresentou um aumento de 274,98%, uma vez que em 2017 ocorreu uma elevação do preço da energia proveniente do Take da Energética Barra Grande S/A – BAESA, a qual, em virtude do GSF, realizou a elevação do preço de energia objetivando custear as aquisições de energia necessárias para mitigar as exposições ao mercado de curto prazo. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 16,46% contra 13,99%

em 2016. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$48,10 milhões, superior em 17,95% a 2016, que foi de R\$ 58,62 milhões.

4) Investimentos

Em 2017, os investimentos da Companhia importaram em R\$ 0,74 milhões, 36,75% inferior ao realizado em 2016. Para esta mesma rubrica no próximo ano, a Companhia estima um investimento total de R\$ 4,73 milhões, 539,19% a mais que o ano de 2017, visto no exercício de 2018 estarão previstos maiores dispêndios relacionados às PCH's Boa Vista e Marambaia.

5) Valor adicionado

Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 80,52 milhões, representando 83,37% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição do valor adicionado

Pessoal

Remunerações	2,87
Encargos sociais (exceto inss)	0,38
Entidade de previdência privada	0,33
Auxílio-alimentação	0,37
Provisões de férias e 13º	0,89
Convênio assistencial e outros benefícios	0,44
Participação nos resultados	0,23
Outros	0,28
	<hr/>
	5,79

Governo

INSS (sobre folha de pagamento)	0,72
IRPJ/CSLL	11,89
PIS/COFINS e Outros	7,69
Outros	9,62
	<hr/>
	29,92

Acionistas

Resultados retidos	44,81
	<hr/>

Total **80,52**

6) Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% e dividendo adicional de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Entretanto, a Outorgada optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a sua dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2017, a Outorgada pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 16,91 milhões (R\$ 13,83 em 2016). Além disso, a Outorgada constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

No exercício de 2017, foi deliberado em AGE, realizada na data de 27/12/17, o pagamento de dividendos intercalares, referente ao período de janeiro a novembro de 2017, no montante de R\$ 4,41 milhões, a seu único acionista DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME.

7) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Outorgada, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 247,25 milhões, divididos em 215,69 milhões de ações ordinárias, nominativas, tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME.

8) Responsabilidade social

A Outorgada vem mantendo seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o desenvolvimento da comunidade onde atua. Em 2017, a DMEE investiu R\$ 100,00 mil em projeto incentivado pela Lei Rouanet. O projeto, denominado Zumbimba, desenvolve cursos de formação de agentes culturais ligados à cultura afro-brasileira, como capoeira, maculelê, puxadas de rede, tambor de crioula, samba de roda, maracatu e jongo, destinados aos alunos que frequentam a rede pública de ensino e instituições que atendam jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

9) Outorgada em números

<u>Operacionais</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>%</u>
Número de Usinas em Operação	5	5	
Número de Subestações	2	2	
Linhas de Transmissão (km)	188	188	
Linhas de Distribuição (Km)	0	0	
Capacidade Instalada (MW)	136,99	136,99	
<u>Financeiros</u>			
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	96.577	87.652	10,18
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	88.885	78.057	13,87
Margem Operacional do serviço Líquida (%)	51,32	48,80	5,16
EBITDA OU LAJIDA (R\$ mil)	48.117	58.628	(17,93)
Lucro Líquido (R\$ mil)	44.808	37.284	20,18
Lucro Líquido por lote de mil ações (R\$)	207,74	172,85	20,18
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	317.188	297.590	6,59
Valor patrimonial do lote de mil ações (R\$)	1.470,53	1.379,67	6,59
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	14,13	12,53	12,75
Endividamento do patrimônio líquido (%)	-	-	-
Em moeda nacional (%)	-	-	-
Em moeda estrangeira (%)	-	-	-
<u>Indicadores de performance</u>		<u>2017</u>	
Salário Médio dos Funcionários (R\$ mil):		7,31	
Energia Gerada/comprada por funcionário (MW):		1,60	
Retorno de Ativos por unidade (%):		8,23	

10. Agradecimentos

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMEE.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos funcionários das empresas DME, DMED e DMEE pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

Poços de Caldas, 23 de março de 2018.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Junqueira Franco
Diretor Comercial Financeiro

Demonstrações Contábeis Regulatórias

DME Energética S.A. - DMEE

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

DME Energética S.A. - DMEE

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	12



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123- Campinas - SP - Brasil
Tel: (5519) 3322-0500
Fax: (5519) 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
DME Energética S.A. - DMEE
Poços de Caldas - Minas Gerais

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da DME Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Energética S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião com ressalvas

Investimento no Consórcio Empresarial Pai Querê

As demonstrações contábeis regulatórias da investida Consórcio Empresarial Pai Querê referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foram examinadas por auditores independentes. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do investimento no montante de R\$3.777 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.768 mil em 31 de dezembro de 2016).



Registro do Uso do Bem Público em Coligada

A coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2015. Até aquele exercício, o registro contábil estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. As características do contrato de concessão da coligada requerem o registro da obrigação do UBP em contrapartida do ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Como consequência, o investimento e o resultado de equivalência patrimonial nessa coligada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão superavaliados em R\$26.077 mil e R\$1.378 mil, respectivamente (R\$27.217 mil e R\$1.376 mil, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a DME Energética S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório de auditoria

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar tal fato.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas” acima, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo de investimento no Consórcio Empresarial Pai Querê no montante de R\$3.777 mil, e o investimento e o resultado de equivalência patrimonial decorrentes de participação na coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) estão superavaliados em R\$26.077 mil e R\$1.378 mil, respectivamente. Essas ressalvas afetam significativamente a apresentação das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. Concluimos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior'.

Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

DME Energética S.A. - DMEE

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	4	168.829	147.563
Contas a receber	5	9.648	8.651
Outros créditos	6	9.037	9.880
Estoque		218	183
		187.732	166.277
Não circulante			
Outros créditos	6	2.955	4.100
Tributos diferidos	17	15.584	16.390
Investimentos	8	112.420	109.838
Imobilizado	9	106.991	110.142
Intangível	10	64.608	68.013
		302.558	308.483
Total do ativo		490.290	474.760

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores - partes relacionadas	7	4.589	138
Impostos e contribuições sociais		992	2.324
Outras contas a pagar		1.558	1.134
Uso do bem público - CESAP	11	11.339	8.607
		18.478	12.203
Não circulante			
Uso do bem público - CESAP	11	153.093	163.508
Partes relacionadas	7	1.513	1.405
Outras contas a pagar		18	54
		154.624	164.967
Patrimônio líquido			
Capital social	12	247.250	247.250
Reserva de lucros		69.938	41.485
Dividendos complementares		-	8.855
		317.188	297.590
Total do passivo		490.290	474.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DME Energética S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	13	88.885	78.057
Custos operacionais	14	(14.538)	(14.610)
Energia elétrica comprada	15	(28.356)	(7.562)
Lucro bruto		45.991	55.885
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(5.118)	(4.507)
Outras despesas operacionais		(503)	(596)
Resultado de equivalência patrimonial		4.764	(611)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		45.134	50.171
Receitas financeiras	16	15.514	19.784
Despesas financeiras	16	(3.947)	(20.052)
Resultado financeiro líquido		11.567	(268)
Resultado antes dos impostos		56.701	49.903
Contribuição social	17	(2.941)	(3.133)
Imposto de renda	17	(8.146)	(8.680)
Contribuição social diferida		(213)	(213)
Imposto de renda diferido		(593)	(593)
Lucro líquido do exercício		44.808	37.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DME Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	<u>44.808</u>	<u>37.284</u>
Resultado abrangente total	<u>44.808</u>	<u>37.284</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DME Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Dividendo complementar	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	218.634	5.474	84.455	-	-	308.563
Aumento do capital social	28.616	-	(28.616)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.284	37.284
Recursos das consorciadas - CESAP	-	-	(5)	-	-	(5)
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	1.864	-	-	(1.864)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(3.397)	-	(8.855)	(12.252)
Dividendo complementar (25%)	-	-	(36.000)	8.855	(8.855)	(36.000)
Transferência para reserva de lucros	-	-	17.710	-	(17.710)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	247.250	7.338	34.147	8.855	-	297.590
Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	(4.416)	-	-	(4.416)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	44.808	44.808
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	2.240	-	-	(2.240)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(10.642)	(10.642)
Dividendo complementar (25%)	-	-	-	(8.855)	(1.787)	(10.642)
Transferência para reserva de lucros	-	-	30.139	-	(30.139)	-
Outros	-	-	490	-	-	490
Saldos em 31 de dezembro de 2017	247.250	9.578	60.360	-	-	317.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DME Energética S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	44.808	37.284
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Uso do bem público - CESAP	(7.683)	9.234
Resultado com equivalência patrimonial	(4.764)	611
Valor residual de ativo imobilizado baixado	828	-
Impostos diferidos	806	806
Depreciação e a amortização	7.395	8.203
	41.390	56.138
Variações patrimoniais		
Redução no contas a receber	(997)	(6.205)
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes e não circulantes	1.084	1.158
(Redução) aumento nas compra de energia elétrica - BAESA/SEFAC	4.451	(654)
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	548	531
(Redução) aumento nos demais passivos circulantes e não circulantes	(3.476)	1.004
Caixa oriundo das operações	1.610	(4.166)
Total das disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	43.000	51.972
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições em imobilizado/intangível	(1.667)	(2.092)
Dividendos recebidos	3.060	1.948
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	1.393	(144)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Operações com coligadas e controladas	(9)	(13)
Juros sobre capital próprio	(16.915)	(8.855)
Dividendos pagos	(1.787)	(36.000)
Dividendos intercalares	(4.416)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(23.127)	(44.868)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos	21.266	6.960
A variação líquida de caixa é assim demonstrada		
Disponibilidades		
No fim do exercício	168.829	147.562
No início do exercício	147.563	140.602
Aumento de caixa e equivalente de caixa	21.266	6.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

A DME Energética S.A. (“Companhia” ou “DMEE”), é uma empresa pública do Município de Poços de Caldas, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 7.192, de 27 de junho de 2000, e regida pela Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010 sediada na Rua Amazonas nº 65 - centro, no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais.

A Companhia tem como única acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A., a qual figura como Controladora da Companhia.

A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. A DMEE detém as seguintes participações diretas em outras sociedades:

Sociedades/Consórcios	Participação %
Baesa - Energética Barra Grande S.A. (*)	8,8189%
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A. (***)	10,0877%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU (**)	10,0000%
Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ	10,0000%
Consórcio Empresarial Salto do Pílo - CESAP	20,0000%

(*) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Barra Grande.

(**) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da Linha de Transmissão 230 KV Campos Novos, Barra Grande, Lagoa Vermelha e Santa Maria.

(***) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Serra do Facão.

b) Outorgas de geração de energia

Em consonância com seu objeto social a Companhia possui outorga para exploração de quatro empreendimentos de geração hidroelétrica, sendo:

Usina	Potência (MW)	Regime de exploração	Tipo de geração	% Participação	Participação DMEE (MW)	Município	Fase
UHE Pedro Affonso Junqueira (UHE Antas I)	8,78	Cotas	UHE	100,00%	8,78	Poços de Caldas - MG Apiúna - SC, Ibirama - SC	Operação
Salto Pílo (CESAP) PCH Padre Carlos (Rolador)	192 7,8	PIE	UHE PCH	20,00% 100,00%	38,38 7,8	e Lontras - SC Poços de Caldas - MG	Operação
Pai Querê (CEPAQ)	292	PIE	UHE	10,00%	29,20	Bom Jesus - RS e Lages - SC	Projeto
	<u>500,47</u>				<u>84,16</u>		

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Outorgas de geração de energia--Continuação

i) *UHE Antas I*

A partir do mês de abril de 2014, a concessão da Usina Antas I passou a ser de titularidade da DMEE, conforme 1º Termo Aditivo ao 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 048/99 - ANEEL. A totalidade da geração da usina é destinada a 34 distribuidoras de energia do SIN (Sistema Interligado Nacional), no regime de cotas. A DMEE recebe mensalmente por esta energia 1/12 da RAG (Receita Anual de Geração), estipulada no 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 48/99.

ii) *Consórcio Empresarial Salto Pilão - CESAP*

O Consórcio Empresarial Salto Pilão ("CESAP"), com sede em Florianópolis - SC, foi constituído em 22 de janeiro de 2002 e tem por objeto a construção, operação, manutenção, administração e exploração, mediante concessão de uso de bem público (concessão onerosa), do aproveitamento hidrelétrico Salto Pilão bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme definido no Contrato de Concessão nº 015, datado de 23 de abril de 2002, assinado pelas consorciadas com a ANEEL.

A Companhia participa no Consórcio Salto Pilão ("CESAP") com 20%. O Consórcio não têm personalidade jurídica nem constitui pessoa jurídica distinta dos consorciados, portanto, devem ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidades para o cumprimento do Contrato de Concessão.

As operações do Consórcio serão mantidas durante o prazo de concessão compartilhada das consorciadas.

iii) *PCH Padre Carlos - Rolador*

Conforme Resolução ANEEL nº 136 de 3 de maio de 2000, autorizou o Departamento Municipal de Eletricidade - DME autarquia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico da central geradora Rolador pelo prazo de trinta anos, com 7,8 MW de potência instalada, localizada no município de Poços de Caldas, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica, nos termos da Resolução ANEEL nº 394 de 04/12/1998 e pela Resolução ANEEL nº 431 de 26 de agosto de 2003 autorizou o Departamento Municipal de Eletricidade - DME, a proceder a transferência para a empresa DME Energética S/A da exploração da PCH Rolador e a alteração da denominação para PCH Padre Carlos. A energia hoje produzida é comercializada no ambiente de contratação livre.

DME Distribuição S.A. - DMED

31 de dezembro de 2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Outorgas de Geração de Energia--Continuação

iv) *Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ*

Através do Decreto de 02/04/2002, foi outorgada às empresas que constituem o Consórcio Empresarial Pai Querê, concessão de uso de bem público para exploração de potencial hidráulico, na condição de produtores independentes, pelo período de 35 anos, por meio da usina hidrelétrica Pai Querê, com 292 MW de potência instalada mínima, localizado em trecho do rio pelotas, município de Lages, Estado de Santa Catarina e Bom Jesus no Estado do Rio Grande do Sul. Objeto do Contrato de Concessão nº 20/2002 de 23/04/2002.

As obras de construção da UHE Pai Querê não foram realizadas em função da ausência de licenciamento ambiental prévio.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

A autorização para a conclusão e emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi efetuada pela Administração em 26 de abril de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as estimativas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contas a receber
- Nota 18 - Contingências
- Nota 20 - Instrumentos financeiros

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis regulatórias.

a) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

A Companhia considera que o consórcio Salto Pilão - CESAP é um negócio (*joint operation*) em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Assim, a Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis regulatórias seus ativos, passivos e resultado dessas do consórcio Salto Pilão - CESAP, na proporção de sua participação (20%).

b) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação e, que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais ativos e passivos financeiros: i. mensurados ao valor justo por meio do resultado, ii. empréstimos e recebíveis, iii. caixa e equivalentes de caixa e iv. Passivos financeiros a custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

i) *Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*--Continuação

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras", no período em que ocorrem.

ii) *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber.

iii) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

iv) *Passivos financeiros a custo amortizado*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores (Nota 15) e outras contas a pagar (Nota 7).

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Impairment de ativos e passivos financeiros

i) *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e) Ativos intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Imobilizado--Continuação

iii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Edifícios	5 - 50 anos
Máquinas e equipamentos	7 - 37 anos
Móveis e utensílios	5 - 16 anos

Os métodos de depreciação, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual de um equipamento foram revisados em 31 de dezembro de 2017.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido a sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não registrou provisões.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O IRPJ/CSLL diferidos da reversão RTT que compreende a amortização e encargos financeiros da UBP - utilização do bem público, será excluído até o término do contrato conforme determinação do artigo 69 da Lei 12.973/2014. Conforme contrato de concessão - cláusula 2ª com prazo de 35 anos, contado a partir da data de sua assinatura em 23/04/2002 a concessão se encerra em 22/04/2037.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Impostos e contribuições

A Companhia apura e calcula seus tributos, impostos e contribuições, com base em regime de competência:

- O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados de acordo com a Apuração Mensal no LALUR (Livro de apuração do Lucro Real).
- As contribuições do PIS e da COFINS são apuradas conforme o faturamento mensal da Companhia.
- As contribuições ao INSS e ao FGTS são apuradas de acordo com a folha de pagamento mensal da Companhia.
- O ISSQN e o IRRF são retidos quando da contratação e prestação de serviços de terceiros.

j) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas quando entrarem em vigência. A Companhia considera que o impacto da adoção dessas normas não será material. Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas abaixo.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 01/01/2018)	O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. O pronunciamento introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Será exigido efeito retrospectivo, mas a informação comparativa não é obrigatória.
CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente	O objetivo deste pronunciamento é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. Além disso, substitui o CPC 30 - Receita e outros documentos do CPC correlacionados ao reconhecimento de receitas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	571	49
Aplicações financeiras - CDB pré-fixado	168.258	147.514
	<u>168.829</u>	<u>147.563</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo aplicadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber

	2017	2016
IBS Comercializadora Ltda	888	724
Brasil Comercializadora de Energia S/A	831	1.058
Eletropaulo Metropolitana Eletr. De São Paulo	693	1.002
Solenergias Comercializadora de Energia S/A	569	-
Copel Distribuição S/A	526	505
Kroma Comercializadora Energia Ltda	519	-
Light Serviços de Eletricidade S/A	508	504
COELBA - Cia. Eletricidade do Estado da Bahia	433	411
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S/A	360	358
CELPE - Cia Energética de Pernambuco	358	350
Elektro Redes S/A	299	-
WX Energy Comercializadora Energia	239	-
COELCE - Cia. Energética do Ceará	232	234
Ampla Energia e Serviços S/A	223	188
Apuração Regime de Cotas de Garantia - Antas I	212	232
CEMIG Distribuição S/A	209	174
CEPISA - Cia Energética do Piauí	207	262
EDP Espírito Santo Distribuição Energia	188	-
EDP São Paulo Distribuição Energia	174	-
Lojas Riachuelo S/A	154	-
COSEERN - Cia. Energética do Rio Grande do Norte	144	137
CELG Distribuição S/A	138	122
BC Comercializadora Energia	135	-
Deckel Ind. E Com. De Plásticos Técnicos Ltda.	133	110
Energética Comercializadora Energia	125	-
Companhia de Eletricidade do Amapá	121	232
Minerva Comercializadora Energia Ltda	119	-
Comerc.Com. Energia Elétrica Ltda	201	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia	113	115
Energisa Mato Grosso do Sul S/A	110	112
FDR Comercializadora Energia Ltda	109	-
CEMAR - Cia. Energética do Maranhão	106	105
Companhia Paulista de Força e Luz	77	74
Energisa Paraíba Distrib. Energia S/A	64	65
Energisa Sergipe Distrib. Energia S/A	50	47
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia	49	49
CEAL - Cia. Energética de Alagoas	16	35
Energisa Borborema Distrib. Energia S/A	9	9
P.Severini Netto Comercial Ltda	2	-
Condominio Operacional Minas Sul Shopping	2	-
Boven Comercializadora Energia Ltda	2	-
Companhia Jaguari de Energia	1	-
DEAL Comercializadora de Energia Ltda	-	404
Delta Comercializadora de Energia Ltda	-	362
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	-	268
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A	-	220
Bandeirantes Energia S/A	-	182
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	1
	9.648	8.651

Refere-se, basicamente, a saldo a receber decorrentes dos suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

O prazo médio do contas a receber é de aproximadamente 30 (trinta) dias. A DMEE avaliou os saldos do contas a receber dos clientes e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, não existe necessidade de constituição de provisão de devedores duvidosos.

6. Outros créditos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo		
Circulante:		
IRRF sobre aplicações financeiras	3.778	6.198
IRPJ a compensar	2.605	-
Prêmio de seguro a apropriar - risco hidrológico	1.306	1.306
Dividendos a receber de coligada	1.192	2.080
Outros	156	296
	<u>9.037</u>	<u>9.880</u>
Não circulante:		
Risco hidrológico	1.932	3.228
Outros	1.023	872
	<u>2.955</u>	<u>4.100</u>

7. Partes relacionadas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo circulante:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	4.589	138
	<u>4.589</u>	<u>138</u>
Passivo não circulante:		
P&D - pesquisa e desenvolv. - CESAP	874	815
Aquisição unidade de conservação - CESAP	639	586
Taxa fiscalização ANEEL - UHE Antas I	-	4
	<u>1.513</u>	<u>1.405</u>
Custo:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	19.468	4.050

(a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Energética Barra Grande S.A. - BAESA, na qualidade de vendedora, e a DMEE, na qualidade de compradora, tendo por objeto a compra e venda da energia gerada na UHE Barra Grande, o qual vigorará até 14 de maio de 2036. A DMEE deverá adquirir o montante da energia assegurada (garantia física) proporcional a sua participação na BAESA, em condições de preço definidas entre as partes.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

7. Partes relacionadas--Continuação

Profissionais-chaves da Administração

A Companhia considerou como “profissionais-chave” os integrantes da sua Diretoria Executiva, composto pelo Diretor Superintendente e pelo Diretor Comercial-Financeiro, para o exercício de 2017.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 a remuneração da Diretoria Executiva foi apropriada como despesa que incluiu salários, abono de férias, 13º salário, e outros benefícios no montante de R\$1.112 em 2017 (R\$717 em 2016).

8. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Participações em consórcio		
Consórcio Empresarial Pai Querê	<u>3.777</u>	3.768
Participações Societárias Permanente		
Baesa - Barra Grande Energia S.A.	69.014	65.027
Sefac - Serra do Facão Energia S.A.	31.197	31.925
Etau - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	8.432	9.118
	<u>108.643</u>	106.070
	<u>112.420</u>	109.838

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

b) Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial

Em milhares de reais	Participação %	Quantidade de ações	Total do ativo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Equivalência patrimonial 2017	Equivalência patrimonial 2016
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	8,8189%	398.381.000	1.187.390	782.564	45.633	4.024	3.320
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.	10,0877%	370.899.999	2.352.111	309.259	(7.208)	(727)	(6.092)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU	10%	34.895.364	151.852	84.315	14.670	1.467	2.161
			3.691.353	1.176.138	(53.095)	4.764	(611)

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	Saldos 2016	Equivalência patrimonial	Dividendos 2017	Saldo 2017
Baesa	65.027	4.024	(38)	69.014
SEFAC	31.925	(727)	-	31.197
ETAU	9.118	1.467	(2.153)	8.432
Total	106.070	4.764	(2.191)	108.643

	Saldos 2015	Equivalência patrimonial	Dividendos 2016	Afac Sefac	Saldo 2016
Baesa	61.739	3.320	(32)	-	65.027
SEFAC	32.468	(6.092)	-	5.549	31.925
ETAU	8.986	2.161	(2.029)	-	9.118
Total	103.193	(611)	(2.061)	5.549	106.070

Nenhuma das coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Não obstante a Companhia possuir menos do que 20% do capital votante das coligadas Energética Barra Grande S.A. (BAESA), Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) e Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC), a Companhia entende que possui uma influência significativa, dada sua representatividade no Conselho de Administração das investidas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	
				2017	2016
Imobilizado em serviço					
Terrenos	n.a.	1.573	-	1.573	1.572
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	18.052	(5.442)	12.610	13.276
Máquinas e equipamentos	3,33%	55.199	(19.491)	35.708	37.308
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	66.281	(13.545)	52.736	54.113
Veículos	14,29%	120	(77)	43	55
Móveis e utensílios	6,25%	96	(52)	44	29
Sistema de Transmissão e Conexão		1.085	(298)	787	825
Total do imobilizado em serviço		142.406	(38.905)	103.501	107.178
Imobilizado em curso					
Imobilizado em curso		2.266	-	2.266	2.020
Total do imobilizado em curso		2.266	-	2.266	2.020
Administração:					
Terrenos	n.a.	356	-	356	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.286	(552)	734	776
Máquinas e equipamentos	6,25%	414	(351)	63	81
Móveis e utensílios	6,25%	240	(169)	71	86
Veículos	14,29%	110	(110)	-	1
Total do imobilizado - administração		2.406	(1.182)	1.224	944
Total do imobilizado		147.078	(40.087)	106.991	110.142

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

a) Composição do imobilizado de acordo com as unidades de cadastro da Resolução Normativa da ANEEL 674/2015

	Custo de aquisição	Depreciação/ amortização/ acumulada	Líquido	
			2017	2016
Ativo imobilizado em serviço				
Geração	142.406	(38.905)	103.501	107.178
Administração	2.406	(1.182)	1.224	944
	144.812	(40.087)	104.725	108.122
Ativo imobilizado em curso				
Geração	2.266	-	2.266	2.020
	147.078	(40.087)	106.991	110.142

b) Movimentação do custo do ativo imobilizado em serviços e administração

	2016	Adições	Baixas	Transferências	2017
Terrenos	1.759	-	-	356	2.115
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.504	-	(336)	-	22.168
Máquinas e equipamentos	67.597	365	(184)	134	67.912
Reservatórios, barragens e adutoras	82.528	67	-	-	82.595
Veículos	411	-	(181)	-	230
Móveis e utensílios	313	28	-	-	341
Sistema Transmissão e Conexão	1.085	-	-	-	1.085
(-) Provisão do Valor Recuperável dos Bens Indenizados - Antas I	(31.634)	-	-	-	(31.634)
	144.563	460	(701)	490	144.812
Imobilizado em curso	2.020	1.203	(467)	(490)	2.266
	146.583	1.663	(1.168)	-	147.078

As baixas do ativo imobilizado em curso, se referem a interrupção das ações e estudos para implantação do projeto do Complexo Eólico Claro dos Poções, em virtude da inviabilidade econômica - financeira.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

c) Movimentação da depreciação acumulada

	<u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2017</u>
Reservatórios, barragens e adutoras	(13.665)	(1.828)	-	(15.493)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(6.031)	(593)	121	(6.503)
Máquinas e equipamentos	(19.745)	(2.408)	48	(22.105)
Veículos	(356)	(1)	171	(186)
Móveis e utensílios	(195)	(29)	-	(224)
Bens Indenizados - Antas I	3.811	911	-	4.722
Sistema Transmissão e Conexão	(260)	(38)	-	(298)
	<u>(36.441)</u>	<u>(3.986)</u>	<u>340</u>	<u>(40.087)</u>

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados, dentre outras.

O resultado de tal avaliação para os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução adicional ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização adicionais a serem reconhecidas.

10. Intangível

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	
				<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em serviço	20%	88.665	(24.071)	64.594	67.991
Software	20%	220	(206)	14	22
Total do intangível		<u>88.885</u>	<u>(24.277)</u>	<u>64.608</u>	<u>68.013</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

a) Movimentação do intangível

	2015	Amortização	2016	Adições	Amortização	2017
UHE Salto Pilão	-	-	-	4	-	4
UBP - Salto Pilão	71.388	(3.398)	67.990	-	(3.401)	64.589
PCH Padre Carlos	1	-	1	-	-	1
Software	34	(12)	22	-	(8)	14
Total do intangível	71.423	(3.410)	68.013	4	(3.409)	64.608

Contrato de Concessão - AHE Salto Pilão

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado a partir da entrada em operação pelo respectivo prazo remanescente da concessão, e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento.

A obrigação decorre do Contrato de Concessão, pelo uso do bem público, a ser recolhido mensalmente à União.

Em "Outros intangíveis" estão registrados os gastos com aquisição de softwares e as respectivas amortizações.

11. Uso do bem público (CESAP)

	2017	2016
UBP - CESAP (Passivo Circulante)	11.339	8.607
UBP - CESAP (Passivo Não Circulante)	153.093	163.508
	164.432	172.115

O Uso do bem público é uma obrigação decorrente do Contrato de Concessão a ser recolhido mensalmente à União a partir do início da operação comercial e até o 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico o montante de R\$510.000 (base de preços de outubro de 2001). A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo prazo da concessão.

A obrigação foi registrada no passivo em julho de 2009, data da Licença Ambiental de Operação do Consórcio, e vem sendo atualizado pelo IGPM, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e seus Aditivos. Esta obrigação foi contabilizada originalmente ajustada a valor presente.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016, subscrito e totalmente integralizado é de R\$247.250, divididos em 215.696.330 ações ordinárias, nominativas tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

No exercício de 2017 foram pagos dividendos relativos a lucros acumulados à DME Poços de Caldas Participações S/A no valor de R\$4.416 mil, conforme ata AGE de 27 de dezembro de 2017.

d) Destinação do lucro líquido

A Companhia destina como dividendo anual até 50% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Dividendos adicionais declarados ainda não aprovado, só devem ser reconhecido como passivo nas demonstrações contábeis regulatórias após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

No exercício de 2017 a Companhia deliberou pelo pagamento nos meses de junho, outubro e dezembro de juros sobre o capital próprio para sua única acionista DME Poços de Caldas Participações S.A., no valor total de R\$16.914 (R\$13.830 em 2016) calculados sobre as contas do patrimônio líquido utilizando a taxa de juros de longo prazo no período de janeiro a dezembro, conforme previsto na legislação vigente.

Em 2017, a Companhia apurou o valor de R\$21.284 mil que corresponde a 50% do lucro líquido do exercício. Nesse montante estão imputados os juros sobre capital próprio.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do período	44.808	37.284
(-) Reserva legal	(2.240)	(1.864)
Base de cálculo	42.568	35.420
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.642	8.855
Dividendos adicionais estatutários (25%)	10.642	8.855
Dividendos	21.284	17.710

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

13. Receita operacional líquida

a) Receita com fornecimento de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Suprimento de energia elétrica	52.228	49.017
Comercialização de energia	32.793	33.202
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	2.286	826
Usina Antas I - Regime de Cotas	2.541	2.474
Venda Energia Elétrica para Terceiros	6.729	2.133
	<u>96.577</u>	<u>87.652</u>
Deduções da receita operacional		
PIS/Pasep	(1.062)	(1.267)
COFINS	(4.894)	(5.836)
Encargos do consumidor - P&D	(397)	(377)
Taxa de Fiscalização ANEEL	(120)	(128)
ICMS - Comercialização com Terceiros	(283)	(384)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(936)	(1.603)
	<u>(7.692)</u>	<u>(9.595)</u>
	<u>88.885</u>	<u>78.057</u>

14. Custos operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depreciação operacional	3.986	3.759
Amortização operacional	3.409	3.399
Serviços de terceiros	2.594	4.940
Encargos de uso rede elétrica	1.598	1.155
Pessoal	2.617	1.017
Material	209	194
Outros	125	146
	<u>14.538</u>	<u>14.610</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

15. Energia elétrica comprada

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
BAESA - Barra Grande Energia S.A.	19.468	4.050
Federal Energia Ltda	3.257	1.370
Brasil Comercializadora Energia S/A	1.588	-
CCEE - risco hidrológico	1.295	1.344
Clime Trading Comercializ.Energia Ltda	781	-
Deal Comercializadora de Energia Ltda	640	84
Boven Comercializ. Energia Ltda	397	-
FDR Comercializ. Energia Ltda	350	-
CCEE - Câmara Comercialização de Energia	292	-
Bio Energia Comércio de Energia	280	-
Encargos de Transmissão - RE-TUSD	8	-
América Energia Ltda	-	550
Kroma Comercializadora de Energia Ltda	-	164
	<u>28.356</u>	<u>7.562</u>

A partir de 1º de janeiro de 2012, a DMEE não efetuou mais compra de energia para revenda da sua coligada SEFAC e toda a energia da SEFAC esta sendo vendida no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

16. Receitas e despesas financeiras líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	16.164	20.191
Receita não operacional	200	245
Juros recebidos	16	389
(-) Tributos sobre receita financeira	(866)	(1.041)
	<u>15.514</u>	<u>19.784</u>
Despesa financeira		
Encargos financeiros UBP Salto Pilão	993	(15.088)
Uso do bem público - UBP - AVP	(4.784)	(4.911)
Outras despesas	(128)	-
Atualização financeira - P&D	(28)	(53)
	<u>(3.947)</u>	<u>(20.052)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>11.567</u>	<u>(268)</u>

Receita financeira

Relacionada com as aplicações financeiras, a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2017 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14.

a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2017 e 2016:

	2017	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	56.701	56.701
Adições temporárias e permanentes	3.627	3.627
Exclusões temporárias e permanentes	(27.648)	(27.648)
Base de cálculo	32.681	32.681
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.902	2.941
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	3.244	-
Total impostos correntes	8.146	2.941

	2016	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	49.903	49.903
Adições temporárias e permanentes	6.704	6.704
Exclusões temporárias e permanentes	(21.887)	(21.887)
Base de cálculo	34.720	34.720
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	5.223	3.133
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	3.458	-
Total impostos correntes	8.680	3.133

b) A movimentação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

Diferenças temporárias	2017	2016
Reversão RTT - amortização UBP	8.450	8.887
Reversão RTT - encargos financeiros UBP	37.385	39.319
Base impostos diferidos	45.835	48.206
Alíquota aplicável	34%	34%
Impostos diferidos ativos	15.584	16.390
Total despesa imposto diferido	806	806

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

18. Contingências

A Companhia possui somente um processo judicial do Espólio Pedro Afonso Guimarães, para o qual, na avaliação de risco da Administração, baseada na opinião de sua Assessora Jurídica, apresenta risco provável de perda que demande a constituição de provisões no valor de R\$ 208 mil, conforme estabelecido pelo CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente. O mencionado processo referente a compromisso de compra e venda de uma área rural, em trâmite perante a Comarca de Caldas-MG, o qual está na fase pericial, sem sentença de primeiro grau.

A Companhia não é parte em outros processos judiciais considerados pela sua Assessoria Jurídica com risco de perda possível.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- Contas a Receber/Outros Créditos- são, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

Nível de hierarquia

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
- Nível 3 - ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa Econômica Federal	117.672	119.899
Banco do Brasil	6	9
Banco Mercantil do Brasil	48.240	22.929
Banco Itaú	2.182	4.548
Aplicação CESAP	158	128
	<u>168.258</u>	<u>147.513</u>

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 se aproximam de seus valores contábeis.

20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Risco de crédito - advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.
- Risco quando a escassez de energia - a Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, é abastecida predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas.

O setor elétrico brasileiro está enfrentando um período de crise, que se iniciou em 2012, devido, principalmente, à hidrologia desfavorável, com energia natural afluyente e volume armazenado dos reservatórios muito baixos, o que leva à: a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas; c) preços de liquidação das diferenças (PLD) elevados e com alta volatilidade, assim como os preços no mercado livre e mercado regulado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

- Risco de liquidez - a previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em ativos financeiros equivalentes a caixa.

21. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2017 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

22. Eventos subsequentes

Alteração do Estatuto Social da DMEE

Com base na anuência prévia da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, expedida através do Despacho nº 186, de 24 de janeiro de 2018, e nas deliberações do Conselho de Administração da DME Poços de Caldas Participações S/A - DME, proferidas na 110ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2018, foi aprovada a alteração do Parágrafo único do Artigo 8º do Estatuto social da DMEE, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Parágrafo único. fica facultada a distribuição, intercalar ou intermediária, em relação a qualquer período, dos dividendos apurados em balanço ou balancete especialmente levantado, bem como, o pagamento de juros sobre o capital próprio, a ser imputado aos dividendos obrigatórios, mediante deliberação da Diretoria ad referendum da Assembleias Geral"; bem como, foi aprovado a alteração do §1º do Artigo 9º do Estatuto social da DMEE, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "§1º. O valor dos juros sobre o capital próprio pagos ou creditados será imputado aos dividendos obrigatórios".

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

23. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DEZEMBRO DE 2016

ATIVO	31/12/2017	AJUSTE	31/12/2017	31/12/2016	AJUSTE	31/12/2016
	regulatório	CPC'S	societário	regulatório	CPC'S	societário
CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	168.829	-	168.829	147.563	-	147.563
Concessionárias e Permissionárias	9.648	-	9.648	8.651	-	8.651
Serviços em Curso	201	-	201	166	-	166
Tributos Compensáveis	6.419	-	6.419	6.424	-	6.424
Almoarifado Operacional	17	-	17	17	-	17
Despesas Pagas Antecipadamente	1.336	-	1.336	1.330	-	1.330
Outros Ativos Circulantes	143	-	143	119	-	119
	<u>186.593</u>	-	<u>186.593</u>	<u>164.270</u>	-	<u>164.270</u>
NÃO CIRCULANTE						
Serviços em Curso	344	-	344	238	-	238
Investimentos Temporários - Títulos e valores imobiliários	639	-	639	586	-	586
Tributos a compensar	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente - Risco Hidrológico	1.932	-	1.932	3.228	-	3.228
Tributos Diferidos	15.584	-	15.584	16.390	-	16.390
Outros ativos não circulantes	40	-	40	48	-	48
Investimentos	113.559	-	113.559	111.845	-	111.845
Imobilizado	106.991	-	106.991	110.142	-	110.142
Intangível	64.608	-	64.608	68.013	-	68.013
	<u>303.697</u>	-	<u>303.697</u>	<u>310.490</u>	-	<u>310.490</u>
Total do Ativo	<u>490.290</u>	-	<u>490.290</u>	<u>474.760</u>	-	<u>474.760</u>
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	4.967	-	4.967	552	-	552
Folha de pagamento	790	-	790	536	-	536
Provisão para litígios - Cíveis	208	-	208	-	-	-
Provisão para uso do bem público	11.339	-	11.339	8.607	-	8.607
Encargos Setoriais	144	-	144	139	-	139
Tributos e contribuições sociais	993	-	993	2.325	-	2.325
Outras contas a pagar	38	-	38	45	-	45
	<u>18.478</u>	-	<u>18.478</u>	<u>12.203</u>	-	<u>12.203</u>
NÃO CIRCULANTE						
Uso do bem público - CESAP	153.093	-	153.093	163.508	-	163.508
Partes Relacionadas	1.513	-	1.513	1.405	-	1.405
Outras contas a pagar	18	-	18	54	-	54
	<u>154.624</u>	-	<u>154.624</u>	<u>164.967</u>	-	<u>164.967</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	247.250	-	247.250	247.250	-	247.250
Reserva de lucros	49.717	-	49.717	34.147	-	34.147
Dividendos complementares	10.642	-	10.642	8.855	-	8.855
Reserva Legal	9.579	-	9.579	7.338	-	7.338
	<u>317.188</u>	-	<u>317.188</u>	<u>297.590</u>	-	<u>297.590</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>490.290</u>	-	<u>490.290</u>	<u>474.760</u>	-	<u>474.760</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Notas	31/12/2017	AJUSTE CPC'S	31/12/2017	31/12/2016	AJUSTE CPC'S	31/12/2016
		regulatório		societário	regulatório		societário
RECEITA OPERACIONAL		96.577	-	96.577	87.652	-	87.652
Suprimento de energia elétrica		52.228	-	52.228	49.017	-	49.017
Energia elétrica de curto prazo		2.541	-	2.541	2.474	-	2.474
Suprimento de energia - Geração de terceiros		32.793	-	32.793	33.202	-	33.202
Energia elétrica de curto prazo - CCEE		2.286	-	2.286	826	-	826
Comercialização - Energia elétrica terceiros		6.729	-	6.729	2.133	-	2.133
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL							
Tributos e Encargos		(7.692)	-	(7.692)	(9.594)	-	(9.594)
Tributos		(6.239)	-	(6.239)	(7.486)	-	(7.486)
Federais		(5.956)	-	(5.956)	(7.103)	-	(7.103)
Estaduais		(283)	-	(283)	(384)	-	(384)
Encargos - Parcela "A"		(1.453)	-	(1.453)	(2.108)	-	(2.108)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(397)	-	(397)	(377)	-	(377)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(120)	-	(120)	(128)	-	(128)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(936)	-	(936)	(1.603)	-	(1.603)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		88.885	-	88.885	78.057	-	78.057
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"		(29.954)	-	(29.954)	(8.716)	-	(8.716)
Energia elétrica comprada para revenda		(28.356)	-	(28.356)	(7.562)	-	(7.562)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(1.598)	-	(1.598)	(1.154)	-	(1.154)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		58.931	-	58.931	69.341	-	69.341
CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B"		(18.058)	-	(18.058)	(17.963)	-	(17.963)
Pessoal e Administradores		(6.504)	-	(6.504)	(3.772)	-	(3.772)
Serviço de Terceiros		(3.286)	-	(3.286)	(6.213)	-	(6.213)
Material		(247)	-	(247)	(233)	-	(233)
Arrendamentos e Aluguéis		(206)	-	(206)	(159)	-	(159)
Tributos		(111)	-	(111)	(118)	-	(118)
Seguros		(66)	-	(66)	(55)	-	(55)
Doações, Contrib e Subvenções		(1)	-	(1)	(3)	-	(3)
Provisões		(208)	-	(208)	-	-	-
Depreciação/amortização		(7.243)	-	(7.243)	(7.250)	-	(7.250)
(-) Recuperação de Despesas		11	-	11	8	-	8
Gastos Diversos		(197)	-	(197)	(168)	-	(168)
Outras Receitas Operacionais		200	-	200	244	-	244
Outras Despesas Operacionais		(503)	-	(503)	(596)	-	(596)
Resultado da equivalência patrimonial		4.764	-	4.764	(611)	-	(611)
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		45.334	-	45.334	50.415	-	50.415
Receita Financeira		15.314	-	15.314	19.540	-	19.540
Despesas Financeiras		(20.862)	-	(20.862)	(33.882)	-	(33.882)
Lucro (Prejuízo) Antes da IR e CSLL		39.786	-	39.786	36.073	-	36.073
Imposto de Renda Corrente		(8.146)	-	(8.146)	(8.680)	-	(8.680)
Contribuição Social Corrente		(2.941)	-	(2.941)	(3.133)	-	(3.133)
Impostos Diferidos		(806)	-	(806)	(806)	-	(806)
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		16.915	-	16.915	13.830	-	13.830
Lucro / Prejuízo		44.808	-	44.808	37.284	-	37.284

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

* * *

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Junqueira Franco
Diretor Comercial - Financeiro

Jarba Moreira da Silva
Contador
CRC-MG074.173/0-7